

DIA DA MULHER 2020

MULHERES DE SINES NO LONGO SÉCULO XX

UMA VIAGEM
PELO ARQUIVO MUNICIPAL DE SINES



MULHERES DE SINES NO LONGO SÉCULO XX

UMA VIAGEM
PELO ARQUIVO MUNICIPAL DE SINES

DIA DA MULHER 2020

FICHA TÉCNICA

Edição e coordenação

Arquivo Municipal de Sines

Desenho gráfico

Serviço de Comunicação e Imagem

Capa

Arquivo Municipal de Sines, Colecção Maria Teresa Palmela, Teatro Amador de Sines

ISBN

978-972-8261-26-9

Sines, Câmara Municipal de Sines, 2020

A presente edição não segue as normas do Acordo Ortográfico de 1990.

SUMÁRIO

Apresentação	5
Introdução	6
Capítulo I	7
Capítulo II.....	10
Capítulo III	13
Conclusões	25
Referências.....	26

APRESENTAÇÃO

O Arquivo Municipal de Sines tem vindo, ao longo dos anos, a publicar pequenos apontamentos sobre a história das mulheres do concelho e da sua intervenção na história do mesmo.

Este ano a viagem faz-se pelos documentos do século XX, cruzando documentos escritos e testemunhos orais. Os documentos de arquivo são prova de actos e factos, a sua produção é oficial. Portanto, alguns dos pormenores da vida em sociedade perdem-se, especialmente em relação aos seus membros com menor acesso à escrita e à representação social. Por isso se recorreu às memórias de várias mulheres nossas coetâneas e conterrâneas cujo testemunho, se não fosse recolhido, se perdia para sempre.

Este pequeno trabalho não seria possível sem dois outros que lhe foram prévios: o registo e descrição dos documentos do Arquivo Municipal de Sines e a execução de projectos de recolha de memória como Mar de Sines e o projecto Dizeres. O Município de Sines prossegue portanto o seu objectivo de registar as memórias dos seus cidadãos e contribuir para a construção de um *corpus documental* para o futuro.

Fernando Ramos
Vice-Presidente da Câmara Municipal de Sines

INTRODUÇÃO

Esta pequena viagem faz-se através de documentos escritos produzidos pela Câmara Municipal de Sines, entre requerimentos (de obras particulares, para obtenção de subsídios, para obtenção de guias de internamento), registo de veículos, correspondência recebida e actas do município. A colecção fotográfica do Município e as imagens recolhidas a partir de projectos de recolha, nomeadamente os projectos Mosaico das Memórias e Mar de Sines, são também fontes essenciais, não só pelo conjunto de imagens mas também pelo corpo de entrevistas realizadas. Recorreu-se ainda às cópias de periódicos sinienses do início do século XX cujo original se encontra na Biblioteca Nacional de Portugal.

Com este trabalho pretende-se não só iluminar o mundo feminino do século XX antes de 1974, mas também ilustrar as potencialidades de um arquivo municipal para a história social.

CAPITULO I

Podemos encontrar várias mulheres entre os documentos do Arquivo Municipal, e, quando os lemos os seus sinais, eles contam-nos vários segredos.

Vejamos por exemplo os requerimentos de obras particulares, entre 1915 (data do primeiro requerimento conservado), e 1971, data da criação do Gabinete da Área de Sines, entidade responsável pelo licenciamento de obras particulares no concelho pelo menos até 1974¹. A Revolução de 25 de Abril de 1974 marcou um antes e um depois no que concerne os direitos das mulheres e dos homens portugueses. A partir de 1974 mulheres e homens passaram a ter os mesmos direitos e deveres.

Estes requerimentos são aqueles que não constituíram processos de obras particulares e foram conservados de forma individual, por ano. Até ao Decreto-Lei n.º 38 382 de 7 de Agosto de 1951, que aprovou o Regulamento Geral das Edificações Urbanas, imperava o princípio geral da liberdade de edificação, limitado pelas posturas e licenciamento municipal, especialmente no que respeitava ao alinhamento urbano e à salubridade (Condeso, 1999). Explica-se assim o carácter sintético da informação existente nos arquivos até esta data, sendo que muitas vezes o que foi produzido se limita a um conjunto de requerimentos, com raras peças desenhadas.

Quanto às mulheres, até 1974 os seus direitos cívicos e políticos estavam diminuídos (Pimentel e Melo, 2015:214-215, 263). Elas, as mulheres, necessitavam de consentimento expresso do marido para obter passaporte, as mulheres que exercessem profissões como as hospedeiras de bordo não podiam casar, e noutros casos o casamento dependia de autorização ministerial (as professoras, por exemplo); as mulheres estavam subordinadas ao marido e deviam residir no seu domicílio, não poderiam adquirir e alienar bens, gerir 2/3 dos seus bens (geridos pelo marido), publicar escritos e apresentar-se a júízo. O direito ao voto restringia-se às mulheres chefe de família, na ausência ou falta do marido, somente para a eleição das juntas de freguesia (Pimentel e Melo, 2015: 216).

Entre 1161 requerimentos, apenas 153 foram assinados por mulheres (13,2%). Nestes requerimentos apenas quatro não respeitam a edificações de obras particulares: dois pedidos de terreno no cemitério, o terrado na Feira de Agosto e uma denúncia de obras ilegais. A maior parte dos requerimentos (64%) destinava-se a pedir licença para a construção de habitação e apenas 33% tinha como objectivo fazer alterações nos edifícios já existentes.

¹ O Decreto-Lei n.º 93/75 de 28 de Junho revogou a competência transitoriamente delegada no Gabinete da Área de Sines, nos termos e com o âmbito do disposto no artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 270/71, de 19 de Junho.

Quanto ao seu estado conjugal, 52% não o refere no seu requerimento. Quase um quarto das requerentes (21%) era solteira, e 15% viúva. As casadas eram somente 11% do total, pois possivelmente eram os maridos a submeter os requerimentos. Nalguns casos, o facto de ser a mulher a submeter o requerimento, especialmente no caso de se pedir autorização para a instalação de uma estrutura precária, poderia ter como objectivo conseguir a simpatia da Câmara Municipal e assim obter a licença com mais facilidade.

Nesta amostra das mulheres de Sines no século XX, até 1971, cabe também um estado conjugal raro até 1974: divorciada. Esta mulher vivia sozinha, no Bairro Marítimo e era lavadeira². As leis republicanas que permitiam o divórcio foram alteradas pelo Estado Novo, e, após a concordata de 1940 tornou-se impossível aos casais casados pela Igreja Católica divorciar-se e casar-se novamente (Pimentel e Melo, 2015:263). Apenas os casamentos exclusivamente civis podiam ser dissolvidos.



Fig. 1 [A lavar no rio]. [1960].

Arquivo Municipal de Sines - Câmara Municipal de Sines.
Colecção Mosaico das Memórias - Melinita Freire.
Unidade de instalação Fotografias de António Martins.
Documento 0004.

Quanto à sua ocupação, poucas vezes é referida no requerimento. Dos 153 documentos apenas 35 identificam as suas autoras como proprietárias (22,9%). Esta informação apenas nos indica que dispunham da propriedade do imóvel, mas não a que se dedicavam. Ser proprietária, independentemente do que se fazia para ganhar a vida, dava a estas mulheres uma forma de distinção daquelas que se qualificavam como domésticas. Entre as requerentes em relação a obras particulares, 19% caracterizava-se como proprietária. Transmítia-se uma ideia de actividade e de identidade, ao contrário da palavra doméstica, que denota passividade.

² Cruzamento dos dados do IDD25 e da análise do inquérito ao Bairro Marítimo de 1946.

Talvez porque o trabalho feminino não fosse valorizado durante o Estado Novo, por ser própria das mulheres populares, apenas uma das requerentes informou que trabalhava na Fábrica Fialho, sem se qualificar como operária. Esta mulher pedia licença para construir uma casa de tijolo no Bairro das Índias, já não de madeira³.

Apesar de os documentos de arquivo não nos permitirem perceber como viviam estas mulheres operárias, as entrevistas são uma oportunidade para documentar o seu quotidiano na primeira pessoa. Uma operária da Fábrica Fialho (EM013) conta que nos dias sem peixe, o trabalho era o da manutenção do edifício. Mas quando havia peixe, as mulheres acompanhavam o motorista à lota e ajudavam a colocar as sardinhas em caixas. Quando chegavam à fábrica, “púnhamos as sardinhas nas caixas, em cima do carro. Vínhamos, descabeçávamos. Havia outras senhoras que faziam a moura (...)”. Depois de ganharem experiência, as operárias seguiam para a “casa de enlatar”: “(...) Como havia pouca gente... E para a gente, se calhar, aí não chegou a 1 ano, fomos para a casa de enlatar. Era um grupo de três. Uma descabeçava, outra cortava e outra enlatava. O meu caso era enlatar. Havia outra pessoa, pronto, cortava em filetes, ou descabeçava, ou cortava as cabeças, para pôr nas latas. E foi, assim, ao longo de muitos anos.”



Fig.2 [Fábrica de Conservas Charles Pidwell] [1900]
Arquivo Municipal de Sines. Câmara Municipal de Sines.
Colecção Fotográfica.
Fotografias emprestadas por António Correia.
nº CF0283.

³ AMSNS. CMSNS, Requerimentos de Obras Particulares, IDD25, nº 821, 1958.

CAPÍTULO II

Isabel Falcão Pidwell é uma das mulheres que se caracterizava como proprietária⁴, e um exemplo paradigmático da mulher vista a partir de uma perspectiva conservadora. A dona da vivenda Isabelinha, segundo os testemunhos de vários sinienses, fornecia a “sopa dos pobres” à população mais necessitada na sua casa, entre a central eléctrica e as escolas. Segundo a tradição colectiva local, teria mesmo oferecido a sua vivenda, depois do 25 de Abril, para nela se instalar o centro de actividades de tempos livres. No entanto, a história é um pouco diferente: o edifício foi adquirido pela Câmara Municipal de Sines em 1982⁵ para aí instalar os serviços de actividades de tempos livres para crianças.

A vivenda tinha paredes decoradas com frisos pintados nas paredes, tectos de gesso decorados e portas de madeira envidraçadas⁶, num testemunho do estilo do arquitecto Raul Lino (1879-1974). Foram conservadas as fachadas decoradas com azulejos e os jardins.



Fig.3 Centro de Actividades de Tempos Livres a Gaivota.
Arquivo Municipal de Sines, Mosaico das Memórias. Colecção de Melinita Freire, MMS/004, nº 54.

⁴ Por exemplo, AMSNS. CMSNS, Requerimentos de Obras Particulares, IDD25, nº 596, 1949.

⁵ CMSNS. Gestão Financeira e Patrimonial, Inventário dos Bens Imóveis, Caderneta Predial do prédio sito na Rua das Escolas.

⁶ AMSNS. CMSNS. Comunicação e Imagem, Álbum Centro de Actividades de Tempos Livres de Sines, IDD54, nº CF0277.

Atentemos agora nas mulheres que não apresentam a sua ocupação ou estatuto, mas que têm uma actividade que lhes garante o sustento. Através do cruzamento de fontes conseguimos inferi-la. Observemos Catarina do Amaral Rego, que requereu o alargamento de uma chaminé na sua casa em 1927 e era também proprietária da Padaria Liz na Rua Serpa Pinto, como podemos observar num anúncio que publicou na *Folha de Sines* em 1928⁷. O jornal dá-nos outras pistas sobre a sua vida. O seu nome apareceu entre a lista dos comerciantes a quem Alfredo Pidwell fornecia arroz. Devia ser uma mulher fora do comum, ao dar cinco escudos, como outros empresários homens, para a compra de um terreno para o campo de jogos do Sport Lisboa e Sines em 1926. Mas não conseguiu suplantar a verba de 100 escudos que Maria Guisado Espada ofereceu, produto da rifa de um corte de blusa em malha⁸. Sendo um corte tão específico, deduz-se que outras mulheres também participaram na angariação de fundos para uma actividade em que não podiam participar activamente, o desporto. De qualquer forma, Catarina do Amaral Rego foi bem sucedida nos seus negócios. Colocou um anúncio da sua Cervejaria Liz, no mesmo jornal, onde vendia café, licores, sanduíches, pastelaria e era também mercearia e padaria⁹.



Fig. 4 Anúncio na *Folha de Sines*, nº 34, 29 de Dezembro de 1928. Biblioteca Nacional de Portugal

⁷ *Folha de Sines*, nº 34, 29 de Dezembro de 1928.

⁸ *Folha de Sines*, nº 31, 15 de Fevereiro de 1926.

⁹ *Folha de Sines*, nº 34, 29 de Dezembro de 1928.

A *Folha de Sines* dá-nos a conhecer mais três mulheres comerciantes em 1920, cujos estabelecimentos comerciais, infelizmente não foram localizados: Maria da Conceição Nunes, Gertrudes Parola e Dilar Viana¹⁰. Américo Leal, nas suas memórias, identifica ainda mulheres no comércio, seja nas tabernas (a “Tia Chica Leitão” na Ribeira de Cima), seja a vender guloseimas à porta do Cine-Teatro Vasco da Gama (a tia Carlota e a venda de batata doce assada, pinhões, amendoins e maçãs) (Leal, 2001: 25,46).

Uma das mulheres do comércio tradicional com quem ainda podemos falar é Maria de Lurdes Silva, proprietária de uma retrosaria na esquina da Rua Nicolau Coelho com a Rua Marquês de Pombal (EM021). Começou por ser escriturária, muito jovem, mas é pela retrosaria que hoje a reconhecemos. Recorda-se de quando as senhoras e as meninas recorriam às modistas que “costuravam e bordavam para fora” e compravam os cortes, as linhas e os botões na loja das “Vascas” ou no sr. Rosendo, já desaparecido.

A loja das “Vascas” é uma retrosaria que já se encontra na memória colectiva da cidade. Nela se vendiam os tecidos, as entretelas, os botões e os fechos, o tule e a chita, e se conversava sobre as novidades da terra. Hoje a sua proprietária é Maria Luísa da Silva, herdeira das antigas Vascas, assim chamadas por serem da família dos Vascos que deram o nome à travessa homónima. Nela se vendiam os tecidos e tudo o que era necessário para os fatos de Carnaval. Hoje a loja encontra-se em processo de encerramento.



Fig. 5 Maria de Lurdes Silva na sua retrosaria, em 2020. Arquivo Municipal de Sines, Câmara Municipal de Sines. Coleção Fotográfica. Cf0284.



Fig.6 Maria Luísa da Silva na sua retrosaria, em 2020. Arquivo Municipal de Sines, Câmara Municipal de Sines. Coleção Fotográfica. Cf286.

¹⁰ *Folha de Sines*, nº 14, 1 de Fevereiro de 1920

CAPÍTULO III

Regressamos aos requerimentos de obras particulares para observar outras mulheres, desta feita aquelas que pretendiam autorização para construir habitações precárias no Bairro das Índias e no Sítio do Forte. Chamavam-lhes cabanas e não tinham mais do que 6 metros por 5, feitas de madeira e cobertas de estorço¹¹. A partir de 1958 começou-se a chamar ao local Bairro Marítimo, e as cabanas começaram a ser substituídas por casas de tijolo ou madeira cobertas com telhas¹².



Fig.7 [Barraca de estorço no Bairro das Índias]. [1940].
Arquivo Municipal de Sines. Câmara Municipal de Sines. Coleção Fotográfica. Fotografias emprestadas por António Correia.
Nº CF0266.

Um inquérito realizado em Março de 1946 aos moradores do Bairro Marítimo permite-nos completar o retrato destes grupos populares. Identificaram-se 580 pessoas aí residentes¹³. Os dados do VIII Recenseamento da População relativo a 12 de Dezembro de 1940 indicaram o Concelho de Sines como sendo habitado por 8848 pessoas (Patrício e Pereira, 2017: 245). Desta forma, os habitantes do Bairro Marítimo constituíam, nos anos 40 do século XX, 7% de toda a população do Concelho.

¹¹ Por exemplo, AMSNS. CMSNS, Requerimentos de Obras Particulares, IDD25, nº 797, 1955.

¹² Por exemplo, AMSNS. CMSNS, Requerimentos de Obras Particulares, IDD25, nº 797, 1955 e IDD nº808, 1956.

¹³ AMSNS. CMSNS. Correspondência recebida do Governo Civil de Setúbal, maço 269, documentos 66-70, 6 de Março de 1946.

O inquérito foi organizado por chefe de família. Foram identificados pelo nome e indicou-se o número de pessoas a cargo, a profissão, o estado da barraca e a existência de camas, vestuário e roupa de cama. No Bairro Marítimo, residiam todos aqueles que eram marítimos mas que não tinham obtido casa no Bairro dos Pescadores, bem como operários e outros trabalhadores indiferenciados e várias mulheres solteiras ou viúvas. A maior parte dos chefes de família eram marítimos (43%), trabalhadores (18%) e corticeiros (16%). As mulheres chefes de família eram apenas 18%, sendo salgadeiras de peixe, vendedoras de fruta, lavadeiras e domésticas. Entre os dez indigentes registados, seis eram mulheres. A pobreza era agravada pela solidão e pela impossibilidade de partilha de receitas e despesas. Apenas uma destas mulheres vivia acompanhada.

A partir do momento em que mais habitações foram legalizadas e se transformaram as barracas e cabanas de madeira e estormo em casas de tijolo e cimento, foi reconhecida a sua existência como bairro com uma identidade própria, distinta de outras áreas da vila e do Bairro dos Pescadores. Em 1956 começou a ser instalada a iluminação pública¹⁴. Nas décadas de 60-70 do século XX já existiam as Ruas nº 1 (Rua Dr. Evaristo Sousa Gago), Nº 2 (Rua Capitães de Abril), Nº3 (Rua Capitães de Abril) e a última, a Rua nº 4 (Rua da Constituição de 1976)¹⁵.



Fig.8 Rua do Bairro Marítimo na década de 70 do século XX.
Arquivo Municipal de Sines, Coleção Fotográfica, nº CF0005.0001.

¹⁴ AMSNS. CMSNS. Actas da Câmara Municipal de Sines, livro 25, fl. 2v, 6 de Outubro de 1956.

¹⁵ AMSNS. CMSNS. Licenciamento de Obras Particulares, anos de 1960-1974.

Conhecer as mulheres e os homens no fundo da escala social até 1974 nem sempre é fácil. Estes grupos não eram alfabetizados e nem desempenhavam papéis de relevo na sociedade e na economia. Mas numa sociedade que desconhecia o Estado Social, como a portuguesa até 1974, o apoio social disponível era entendido como uma forma de caridade e de almofada para os conflitos sociais. Recorramos então às fontes municipais que são testemunho desse exíguo apoio social.

Até 1974 era da responsabilidade das câmaras municipais, de acordo com o Código Administrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 31 095, de 31 de Dezembro de 1940, várias funções no âmbito da assistência. As câmaras deliberavam sobre o internamento dos alienados e a hospitalização dos doentes do Concelho. Essa despesa era obrigatória no caso dos concelhos rurais de 3.ª classe, como era o de Sines (artigo 63.º). Eram despesas obrigatórias das câmaras municipais o transporte de doentes para tratamento anti-rábico, sempre que os donos dos cães não pudessem pagar as despesas; todas as despesas com tratamento e transporte dos doentes com guias passadas pelas câmaras municipais a vários hospitais públicos, incluindo o hospital local.

As câmaras municipais pagavam o tratamento dos doentes “pobres”, que comprovavam a sua situação através de um atestado da Junta de Freguesia e, por vezes, outro do médico do partido. Entre 1937 e 1941, por exemplo, a Câmara Municipal de Sines recebeu 307 requerimentos para a obtenção de guias de internamento. A partir desta amostragem conseguimos fazer o retrato das mulheres com maiores dificuldades no concelho, cujos requerimentos constituíram 43% do total. Eram mulheres solteiras na sua maioria (62%) as que mais recorriam ao apoio da Câmara Municipal, e uma pequena percentagem (3%) era viúva. Apresentavam-se numa posição vulnerável, tal como os homens que também apresentavam o atestado de pobreza passado pela Junta de Freguesia para conseguir uma guia de internamento.

A naturalidade destas mulheres dá uma pista para as migrações internas no sul do País. A maior parte das mulheres era natural de Sines e do Porto Côvo (82%), mas as restantes naturalidades não têm origem no concelho mais próximo de Santiago do Cacém (apenas 3%), ou de Odemira (4%), mas sim do Algarve (8%). Estas mulheres vieram dos concelhos de Aljezur, Lagoa, Lagos Monchique e Portimão, umas talvez pelo mundo das conservas, outras pela agricultura.

A grande maioria era analfabeta, e o requerimento era assinado a rogo (84%) por um homem que não era seu familiar, ou, nalguns casos, pelo pai e pelo marido. Entre aquelas que conseguiram assinar, a esmagadora maioria designava-se como doméstica (95%). De qualquer forma, este número de mulheres assinantes é superior aos dados que é possível recuperar a partir dos requerimentos para a ajuda à criação de menores pedidos por mulheres entre 1915 e 1923¹⁶. Nenhuma delas assinou o seu

requerimento, eram assinados a rogo por um homem com importância social, como o chefe de secretaria da Câmara.

A designação “doméstica” esconde muitas das actividades que as mulheres efectivamente desempenhavam e era socialmente mais aceitável do que indicar uma profissão que a ideologia conservadora considerava dever reservar-se aos homens. Por isso várias das mulheres a solicitar apoio para a construção das “barracas” preferia identificar-se como doméstica. As mulheres mais vulneráveis eram caracterizadas por uma palavra que também poderia aplicar-se às mulheres com vidas mais desafogadas, embora estas preferissem designar-se como proprietárias, como já vimos atrás. No total dos requerimentos femininos, quer autógrafos quer assinados a rogo, 71% das mulheres declarava-se doméstica.

Assim, quando as mulheres se auto-designavam domésticas, poderiam também vender o peixe pescado pelos seus maridos no próprio bairro onde residiam¹⁷, fazer limpeza a dias, cozinhar para fora ou fazer pequenos arranjos de costura. Apenas aquelas que se dedicavam a tempo inteiro a uma actividade, como a da costura, se designavam como costureiras. É o caso da mulher costureira aqui representada que também sabia escrever, e de uma aprendiz.

Não surpreende então que as ocupações do mundo marítimo também tivessem participação feminina. Numa entrevista ao projecto Mar de Sines (EM011) uma filha de pescador do sul e de uma mulher de Viana do Castelo via a mãe a trabalhar também nas actividades marítimas: “Remendar as redes. Arranjar as redes e lavar as redes dos pescadores, do norte. A minha mãe e mais senhoras. Traziam uma que mandava, que era a chefe.” Estas mulheres eram conhecidas como as espanholas em Sines (Arquivo Municipal de Sines, 2019:56).

As profissões que as mulheres reconheciam que desempenhavam nestes requerimentos pouco variavam, entre operárias conserveiras, aprendizes de costura, criadas de servir ou serviçais e trabalhadoras rurais. A operária conserveira, talvez para evitar o termo “operária”, foi designada como “Serviçal da fábrica de peixe”¹⁸ quando requeria apoio para dar entrada nos Hospitais Cívicos de Lisboa em 1940. Recorde-se que os requerimentos eram sempre redigidos e assinados por homens.

¹⁶ AMSNS. CMSNS. Requerimentos para a obtenção de subsídios, 1915-1923.

¹⁷ Situação que ainda hoje se verifica no Bairro Marítimo.

¹⁸ AMSNS. CMSNS, Requerimentos para obtenção de guias de internamento, maço 6



Fig.9 Football=equipa das sopeiras, Campo de futebol de Sines. 1939, 20 de Fevereiro.
Fotografia por António Augusto de Seixas. Arquivo Municipal de Sines, Mosaico das memórias, colecção Eliseu Seixas de Aguiar. MMS.012.

A representação das criadas, mais concretamente das sopeiras, pelos olhos dos homens.

Sobre estas mulheres, as anónimas, encontrámos mais umas pistas entre os documentos e a imprensa. Na *Folha de Sines*, em 1926, publicava-se a reclamação de “algumas moradoras do Largo Ramos da Costa”, que usaram o jornal como intermediário para chegar ao poder político local. De que precisavam estas mulheres? Da “reparação do tanque da praia da Moura por não estar em condições de se poderem aproveitar d’ele, e que lhes acarreta grande transtorno”¹⁹. A lavagem da roupa, quer a própria quer das senhoras, era um importante ganha pão. Por isso os tanques eram essenciais, e, quando não existiam, os rios.

Em sentido oposto, as senhoras da sociedade raramente faziam requerimentos à Câmara Municipal enquanto mulheres casadas. Vamos encontrá-las noutras fontes, como a imprensa local, as actas do município ou a correspondência.

A *Folha de Sines* é uma boa fonte para entrever o mundo destas senhoras. Veja-se o caso da Feira de Agosto, criada em 1914, que se realizava no dia da padroeira da vila²⁰. As festas foram transformadas num evento cívico, o qual relacionava uma festa religiosa com o culto cívico de Vasco da Gama, embora sempre tivessem tido um aspecto profano²¹.

¹⁹ *Folha de Sines*, nº 29, 1 de Janeiro de 1926.

²⁰ AMSNS.CMSNS. Acta da sessão da Comissão Instaladora do Concelho de Sines em 1 de Julho de 1914. Livro de Actas, fl. 7v-9, 1 de Julho de 1914.

²¹ Veja-se a descrição feita por Francisco Luís Lopes em 1849, em Lopes, 2016: 117-118.

A feira fazia-se inicialmente no Largo de Nossa Senhora das Salas, com as barracas de venda dos mais desvairados produtos, os botequins com comes e especialmente bebes. A pirotecnia, no Revelim, iluminava os céus, e um coreto no Largo recebia os sons da filarmónica²². Uns anos mais tarde, contudo, a feira realizava-se já no Rossio, embora estivesse “em exposição a santa sua padroeira”²³.

Dez anos depois, em 1925, o jornal *Folha de Sines* anunciava os festejos, sem nenhum rebuço, como as “mais importantes festas que se realizam a sul do Tejo”²⁴. Incluíam touradas, fogo de artifício, peças de teatro, partidas de futebol, bailes, concertos de filarmónicas, quermesses e tómbolas. As senhoras da sociedade afadigavam-se com as decorações, a comida e na preparação das suas melhores roupas.

O jornal descreve uma verbena nos jardins do Sanatório Prats: “Nos jardins do Sanatório Prats, e a que dão o seu valioso concurso um numeroso grupo de gentis senhoras, iluminações deslumbrantes, serviço de chá, cervejas, vinhos finos e licores, arrematação de prendas, etc”. Nesse ano esteve em Sines uma excursão vinda de “Setúbal, Lisboa e Outra Banda”²⁵, vinda no vapor Vitória, e que também participou nas festas.

Destas senhoras esperava-se serem o modelo feminino: mães exemplares, filhas obedientes, talhadas para cuidar dos outros. A caridade era, naquela época pouco progressista, o remédio para a pobreza das mulheres populares e a ocupação das senhoras. Daí que delas, as senhoras, se esperasse a organização dos bodos, das quermesses, das récitas, para reunir esmolas para os mais pobres. Em 1925 a Misericórdia de Sines fez um apelo, na *Folha de Sines*, para que os seus leitores contribuíssem com dádivas para o Hospital, “para minorar um pouco a aflitiva situação do nosso hospital”²⁶. E elas assim responderam, sendo que foi de uma mulher, Isabel Edwards Pidwell, a dádiva mais generosa depois da Câmara Municipal, do Bispo de Beja e de um único homem, Ernesto Holder, cada um participando com a importância de duzentos escudos. Isabel ofereceu 100 escudos, e com ela, embora com importâncias menores, contribuíram mais 17 mulheres, e somente três homens. As mulheres acabaram por oferecer mais do que as entidades (400 escudos) e os homens (230 escudos), no total de 460 escudos.

Quando os automóveis chegaram, algumas senhoras conseguiram ser proprietárias de um ou mais veículos. A velocidade, a comodidade e a autonomia proporcionavam novas opções às proprietárias das novas e rápidas máquinas. Conhecemos estas mulheres através de outra fonte interessante para a história social e económica do concelho: a série Mapas dos veículos automóveis pertencentes a entidades domiciliadas na área deste concelho, com informação entre 1932 e 1963. Neste período de tempo, exceptuando os anos de 1937 e 1945, em que não existem registos, o número de veículos motorizados no concelho variou entre 32 e 213. A partir

²² *Folha de Sines*, nº 4, 15 de Agosto de 1919

²³ *Folha de Sines*, nº 3, 1 de Agosto de 1919.

²⁴ *Folha de Sines*, nº 24, 5 de Setembro de 1925.

²⁵ *Folha de Sines*, nº 22, 15 de Agosto de 1925.

²⁶ *Folha de Sines*, nº 28, 15 de Dezembro de 1925.

de 1952 o crescimento de número de viaturas não parou de subir, entre camiões de carga, motorizadas, tractores agrícolas e veículos ligeiros.

Dado a sua condição jurídica inferior, o número de mulheres proprietárias de veículos é muito inferior ao dos homens. Durante este período de tempo, numa média anual de 112 viaturas apenas 4,2 estavam registadas em nome de mulheres. Nalguns casos as mulheres estavam associadas aos homens num negócio comum, que a fonte não identifica. Outras mulheres, possivelmente viúvas, detinham veículos de transporte de cargas, e talvez fossem comerciantes ou transportadoras. A primeira mulher proprietária de um veículo foi Emília Clara Leitão, dona de um camião de carga entre 1932 e 1936²⁷.

Apesar de terem um estatuto jurídico inferior, as senhoras eram indispensáveis para as acções de caridade. O presidente da Associação de Beneficência da Misericórdia de Sines informou que não podia realizar a Festa das Misericórdias no ano de 1925 "por não se encontrarem as Senhoras preparadas para tal fim"²⁸. Era então da responsabilidade das "senhoras" organizar as actividades de caridade, mesmo que não fosse no contexto religioso. Em 1940 essas senhoras já faziam parte da União de Caridade de Sines que agradecia o apoio da Câmara para o alojamento de idosos (talvez no Sanatório Pratz), e informava-a sobre a distribuição e roupa e comida aos necessitados no Natal²⁹. As suas actividades tiveram início pelo menos em 1939³⁰. Em 1953 essas senhoras, entre as quais talvez se encontrasse Isabel Falcão Pidwell, agradeciam à Câmara o seu apoio na distribuição de "sopa aos pobres"³¹.

Apesar de ocuparem um lugar mais conspícuo na sociedade, estas mulheres não deixavam de ter uma autonomia limitada. Não eram sócias das sociedades recreativas, nem muito menos faziam parte das suas direcções. A sua participação fazia-se de formas menos visíveis mas essenciais, na confecção de fardas, bandeiras e estandartes. Assim noticiou a *Folha de Sines* em 1929, que o estandarte da Sociedade Musical União Recreio e Sport Sineense, vulgo Filarmónica, estava a ser confeccionado por um "grupo de senhoras"³². Antero Raposo, um dos músicos da filarmónica, conta nas suas entrevistas (EH013) que o estandarte vermelho e amarelo, a recordar a bandeira da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas como negaça à ditadura de então, foi feito por um grupo de mulheres que o ofereceu à banda.

Do outro lado da barricada, nos grupos populares, estavam as mulheres como Maria das Dores, a primeira mulher a requerer o uso de terrado precisamente para a feita de Agosto de 1915. Fê-lo em Julho, próximo já do 15 de Agosto. Pedia o uso de 16 metros quadrados no Largo de Nossa Senhora das Salas, para montar um botequim no dia de feira³³.

²⁷ AMSNS. CMSNS. Licenciamento. Mapas e registos de veículos automóveis, nº1, 1932-1936.

²⁸ AMSNS. CMSNS, Correspondência recebida em 1925, maço 54, documento 70, 11 de Agosto de 1925.

²⁹ AMSNS. CMSNS, Correspondência recebida de particulares em 1940, maço 203, documentos 1338 e 1339.

³⁰ AMSNS. CMSNS, Correspondência recebida de várias entidades em 1939, maço 173, documentos 1264-1265.

³¹ AMSNS. CMSNS, Actas da Câmara Municipal de Sines, livro 23, acta de 5 de Maio de 1953.

³² *Folha de Sines*, nº 34, 29 de Dezembro de 1929.

³³ AMSNS. CMSNS, Requerimentos de Obras Particulares, IDD25, nº 6, 29 de Julho de 1915.

Maria das Dores e o seu botequim faziam parte dos festejos dos grupos populares, no Largo das Salas. Neles imperavam o arraial, os foguetes, a gaita de foles e a caixa de rufos³⁴, enquanto as crianças tocavam os realejos ou gaitas de beijos. Vendiam-se fogaças cuja receita era para Nossa Senhora. A massa era preparada, amassada, torneada e cozida pelas mulheres da vila. Os serviços religiosos na ermida, solenes e sérios, contrastavam com a animação no Largo, segundo o testemunho de António Chalbert em 1919³⁵, quando a Feira e a Festa se deslocaram para o Rossio. As mulheres eram protagonistas das festas, umas no serviço religioso, outras a fornecer as viandas e outras ainda, em peregrinação em torno da ermida, a pagar promessas, suas, e talvez de outros menos afoitos também.

Entre as senhoras da sociedade e as mulheres das classes populares estavam aquelas que subsistiam dos trabalhos que eram socialmente aceites, como a costura e os bordados. Em 1900 três mulheres publicitavam os seus trabalhos no primeiro número do *Jornal de Sines*, publicado no dia 4 de Novembro³⁶. Maria Francisca de Campos Monteiro executava bordados, flores artificiais e “com especialidade trabalhos em cortiça”. Recebia alunas que estivessem interessadas.



Fig.10 Anúncio da modista Isabel F Santos no *Jornal de Sines*, nº 1, 4 de Novembro de 1900

³⁴ *Folha de Sines*, nº 4, 15 de Agosto de 1919.

³⁵ *Folha de Sines*, nº 4, 15 de Agosto de 1919.

³⁶ *Jornal de Sines*, nº 14, 3 de Fevereiro de 1901.

Numa época em que o pronto a vestir era ainda uma fantasia, ser modista era o ganha pão de muitas mulheres. Mesmo já avançado o século XX aprender a costurar logo em criança garantia poder trabalhar em casa e arredondar o salário do marido, fazendo roupa e pequenos arranjos. A senhora Maria Luísa Plácido “Parola” conta como recebeu as primeiras lições de costura aos 11 anos e uma máquina de costura Oliva, sua companheira ao longo da vida (EM020). Com essa máquina de costura confeccionou fatos de carnaval, os trajes das atrizes do Teatro Amador de Maria Teresa Palmela e ensinou outras mulheres a costurar.



Fig.11 Maria Luísa Parola com outros artífices do Carnaval de Sines, o sr. Gomes e o sr. Liberal, fotografados por Carlos Seixas para a exposição Rostos da Cidade, 2000. Arquivo Municipal de Sines, Câmara Municipal de Sines, Coleção Fotográfica, nº CFA0285.003.



Fig.12. Maria Teresa Palmela e António Amaral da Silva, rostos do Teatro Amador, fotografados por Carlos Seixas para a exposição Rostos da Cidade. Arquivo Municipal de Sines, Câmara Municipal de Sines, Colecção Fotográfica nº CFA0285.060.

Com o surgimento e a divulgação das máquinas de costura as meninas e senhoras ganham um novo meio para fazer o seu trabalho de forma mais rápida e em maior quantidade. Na colecção emprestada por António Correia encontra-se uma imagem de um grupo de aprendizas de costura à máquina, de 1929, em Sines.



Fig. 13. Aulas de corte e costura, 1929. Arquivo Municipal de Sines, Colecção Mosaico das Memórias, Fotografias emprestadas por António Correia, CF0282.

As costureiras e modistas recebiam as clientes nas suas casas, ou deslocavam-se à residência das mais abonadas, com as suas revistas de moda para as senhoras escolherem o modelo que transformava o seu corte de tecido num vestido, saia ou blusa. Tiravam-se as medidas, provava-se, refazia-se os fatos, num ambiente feminino e reservado.

Maria Francisca de Campos Monteiro a nossa modista de 1900, ocupava-se também dos tempos livres das meninas que ensinava. Em 1901 ensaiava um grupo de meninas em três récitas durante o Entrudo, com o objectivo de obter “produto para esmolas aos pobres”³⁷. Essas receitas pagavam também a “musica e despezas”, o que significa que talvez pagassem a músicos para acompanhar as récitas. A iniciativa permitia atingir vários objectivos, desde a educação das meninas no sentido do seu papel tradicional feminino de cuidado com os mais fracos, até trazer ao Entrudo popular, desbragado e desordenado, festejos mais educados e polidos.

Em 1930 a *Folha de Sines* noticiava um grupo de “gentis senhoras” que na Terça-Feira percorreram as ruas da vila e os bailes nas sociedades recreativas.

Estava-se na fase da substituição de um entrudo de entroucados, mais popular, para um carnaval mais burguês e civilizado.

³⁷ *Jornal de Sines*, nº 14, 3 de Fevereiro de 1901.



Fig.14. Revista Pra Frente Pra Vencer. Imagem do grupo de teatro do Sport Lisboa e Sines. Arquivo Municipal de Sines, Coleção Maria Teresa Palmela, Teatro Amador de Sines. TASNS/004/0002/0000001, [1941]

As duas outras modistas de 1900 são Isabel E Santos e Hermínia A. Cardoso. A primeira trabalhava no Largo de São Sebastião, e anunciava os seus serviços de modista: “Fazem-se vestidos, casacos, capas e enxovaes para noivas bem confeccionados e por preços limitados”. A segunda dispunha de um atelier de costura na Rua Direita (actual Rua Teófilo Braga) com “bom gosto e preços módicos”.

Dispomos ainda de outra fonte para conhecer as modistas, o Anuário Comercial, disponível na Biblioteca Nacional. Entre 1907 e 1913 encontramos quatro modistas, de que apenas sabemos os nomes: Amélia da Luz, Clotilde Mendonça, Ermelinda Cardoso e Mariana Jacinta. As máquinas de costura, da marca Singer, eram vendidas então por Higinio dos Santos Guisado.

CONCLUSÕES

Planámos num voo rasante pela história recente das nossas conterrâneas até 1974. As mulheres não constituíam um grupo coeso, embora partilhassem a mesma subalternidade política, social e política. Estavam imersas numa sociedade estratificada e dependente do nascimento, com poucas vias de ascensão social. Este trabalho é apenas uma divulgação das fontes disponíveis no Arquivo Municipal de Sines para a história social do seu concelho uma homenagem a essas mulheres.

REFERÊNCIAS

Documentos de arquivo

Arquivo Municipal de Sines

AMSNS. CMSNS. Requerimentos de Obras Particulares, 1915-1983, IDD25.

AMSNS. CMSNS. Actas da Câmara Municipal de Sines, livros 23, 25.

AMSNS. CMSNS. Actas da Comissão Instaladora da Câmara Municipal de Sines, livro 1.

AMSNS.CMSNS. (2018-2019). *Programas e iniciativas. Candidatura Programa EDP Tradições. Glossário.*

AMSNS.CMSNS (2019). *Programas e iniciativas, Candidatura Programa EDP Tradições. Contributos Para o Projecto Dizeres.* Transcrição de Entrevistas, Dizeres.

AMSNS. CMSNS. *Correspondência recebida pela Câmara Municipal de Sines*, Descrição em IDD 7.

AMSNS. CMSNS (2015-2019). *Comunicação e Imagem. Programas e Iniciativas.* Mar de Sines. Transcrições de Entrevistas, IDD n.º 39.

Referências às entrevistas

EM011. Projecto Mar de Sines. Entrevista em 2015 a Custódia da Guia Malafaia

EM013. Projecto Mar de Sines. Entrevista em 2015 a Cristina Rodrigues

EM020. Dia da Mulher 2020. Entrevista em 2020 a Luísa Santa Bárbara.

EM021. Dia da Mulher 2020. Entrevista em 2020 a Maria de Lurdes Silva

EM022. Dia da Mulher 2020. Entrevista em 2020 a Maria Luísa Silva e a Paulo Silva

EH013. Projecto Mosaico das Memórias. Entrevista em 2015 a Antero Raposo.

Periódicos

Jornal de Sines, nº 14, 3 de Fevereiro de 1901.

Folha de Sines, nº 3, 1 de Agosto de 1919.

Folha de Sines, nº 4, 15 de Agosto de 1919

Folha de Sines, nº 14, 1 de Fevereiro de 1920.

Folha de Sines, nº 22, 15 de Agosto de 1925.

Folha de Sines, nº 24, 5 de Setembro de 1925.

Folha de Sines, nº 28, 15 de Dezembro de 1925.

Folha de Sines, nº 29, 1 de Janeiro de 1926.

Folha de Sines, nº 31, 15 de Fevereiro de 1926.

Folha de Sines, nº 34, 29 de Dezembro de 1928.

Folha de Sines, nº 37, 14 de Março de 1937.

Referências bibliográficas

Anuário Comercial de Portugal Ilhas e Ultramar. Lisboa: Propriedade de Manuel José da Silva, Anos de 1907-1913.

ARQUIVO MUNICIPAL DE SINES (2019). Projecto Dizeres: Recolha, documentação e preservação de vocabulário usado pelas comunidades de Sines. Glossário [documento electrónico]. 1ª edição. Sines: Câmara Municipal de Sines. ISBN978-972-8261-25-2. Disponível em:
<http://www.sines.pt/cmsines/uploads/writer_file/document/2239/cms___glossario___dizeres_vfinal_3_fotos.pdf>.

CONDESSO, Fernando (1999). *Regulamento Geral das Edificações Urbanas de 1951*. Colaboração de Catarina Alexandra de Azevedo dos Reis Condeso. Lisboa: Quid Juris.

LEAL, Américo (2001). *Quem Somos! Testemunhos*. Sines: edição do autor.

LOPES, Francisco Luís (2016). *Breve Notícia de Sines, pátria de Vasco da Gama*. Com estudo introdutório de João Madeira. Sines: Câmara Municipal de Sines. ISBN 978-972-8261-16-0.

PATRÍCIO, Sandra (2016). *Santa Casa da Misericórdia de Sines: 500 anos da história de uma instituição*. Sines: Santa Casa da Misericórdia de Sines. ISBN 978-989-99540-0-7.

PATRÍCIO, Sandra; PEREIRA, Paula (2017). *Sines, a Terra e o Mar*. Sines: Câmara Municipal de Sines. ISBN 978-972-8261-18-4.

PIMENTEL, Irene Flunser; MELO, Irene Pereira de (2015). *Mulheres Portuguesas*. Lisboa: Clube do Autor. ISBN 978-989-724-133-8.

PROENÇA, Raúl (org) - *Guia de Portugal: Extremadura, Alentejo, Algarve*. 1ª Edição. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 1927.

SILVA, Inocência Francisco da; Aranha, Brito (1906). *Diccionario Bibliographico Portuguez aplicáveis a Portugal e ao Brazil*. Lisboa: Imprensa Nacional. Tomo XVIII, 11º do suplemento.

DIA DA MULHER 2020

**MULHERES
DE SINES
NO LONGO
SÉCULO XX**

UMA VIAGEM
PELO ARQUIVO MUNICIPAL DE SINES